

DÍVIDA-EXTERNA

Resende quer limitar títulos sem desconto

VANDA CÉLIA

BRASÍLIA — O ministro Eliseu Resende considera desfavorável ao Brasil a tendência de opção da maioria dos bancos credores contra o desconto na troca de títulos da dívida externa.

A equipe econômica quer limitar a 40% do volume total da dívida a opção pelos chamados bônus ao par, mais caros que os bônus com desconto. Desta maneira, o Brasil já gastaria US\$ 3,2 bilhões no fechamento do acordo, valor considerado o limite de negociação pelo ministro, segundo informou um importante assessor.

Resende reuniu-se no sábado com o negociador da dívida, Pedro Malan, e o representante do País no Fundo Monetário Internacional (FMI), Alexandre Kafka.

Segundo o assessor do ministro, o governo brasileiro trabalha para que os bancos credores façam uma seleção mais favorável entre opções de bônus, apesar de satisfeito com o índice de 97,5% de aceitação da proposta global apresentada na renegociação da dívida. Mas a segunda etapa da negociação é acompanhada com preocupação pelo governo. Eles querem 65% dos títulos em bônus ao par. Este ins-

trumento de negociação é o pior para o País porque obriga o governo a adquirir, pelo valor de face, títulos da dívida com um prazo de 30 anos e juros fixos.

Argumentos — Para tentar convencer os credores a aceitarem os bônus com desconto, a equipe econômica argumenta que o governo vem cumprindo rigorosamente os prazos e honrando os pagamentos. Além disto, houve um acordo, segundo ao qual os bancos fariam opções balanceadas. Isto quer dizer que eles se comprometeram a combinar o bônus ao par com outros títulos, mais favoráveis ao País. "O acordo de agora é como qualquer outro, ele tem partes boas e outras ruins para o Brasil", diz o assessor de Resende.

O que não pode ocorrer, segundo o assessor, é a predominância do que é melhor para os bancos credores e pior para o País. Desde o ano passado, já foram emitidos títulos (US\$ 7,2 bilhões) e pagos US\$ 1,3 bilhão em juros atrasados. Agora, o Brasil quer que a opção voluntária dos credores seja mais equilibrada do que a obtida, por exemplo, pelo governo da Argentina. Lá, o acordo foi fechado com 65% de bônus ao par e apenas 35% de bônus com desconto.